

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 122, DE 2007

Dispõe sobre o IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, dando nova redação ao inciso V do § 1.º do art. 32 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Autor: Deputado VALDERLEI MACRIS

Relator: Deputado JOÃO DADO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar – PLP n.º 122, de 2007, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, altera a redação do inciso V do § 1.º do art. 32 da Lei n.º 5.172/66 – Código Tributário Nacional, com o objetivo de “aumentar as exigências para que uma zona possa ser considerada urbana, para fins de incidência do IPTU”.

O autor argumenta que, estabelecida a necessidade de presença concomitante de escola primária e posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado, os Municípios serão estimulados “a colocarem à disposição do cidadão os imprescindíveis serviços públicos relacionados com a educação e com a saúde”, em benefício da população das áreas mais pobres desses Municípios.

O PLP foi distribuído à Comissão de Finanças e Tributação – CFT, para análise do mérito e da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, e à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – CCJC, para exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e da Norma Interna da CFT, cabe a esta comissão, além do exame

do mérito, apreciar a compatibilidade e a adequação orçamentária e financeira do PLP n.º 122/2007.

Para efeito da Norma Interna da CFT, é compatível a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e demais proposições legais em vigor, especialmente a Lei Complementar n.º 101 de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; e adequada a proposição que se adapte, que se ajuste ou que esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual.

Reputamos compatível e adequado o PLP n.º 122/2007. De acordo com a atual redação do § 1.º do art. 32 do CTN, para efeito de incidência do IPTU, na definição de zona urbana, deve haver melhoramentos em, pelo menos, dois dos seguintes itens, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- abastecimento de água;
- sistema de esgotos sanitários;
- rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Assim, quando o Município se vale de melhoramentos em escola primária ou em posto de saúde a uma distância mínima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado de maneira concomitante a melhoramentos em outro quesito para incidência de IPTU, alguns imóveis situados na zona urbana dessa Município consoante a legislação em vigor passariam a estar situados em zona rural com a aprovação da redação proposta por este PLP, visto que não atenderiam ao aumento das exigências para uma zona ser considerada urbana. Tais imóveis sujeitar-se-iam, então, à incidência do Imposto Territorial Rural – ITR, tributo federal, como se depreende da leitura do *caput* do art. 29 do CTN:

“Art. 29. O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por

*natureza, como definido na lei civil, localização **fora da zona urbana do Município.***” (grifo nosso)

A proposição tenderia a aumentar a arrecadação federal de ITR, o que não conflita com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e demais proposições legais em vigor, além de se adaptar a elas.

Na tentativa de recuperar a arrecadação de IPTU, para atender ao requisito mínimo para definição de zona urbana, os Municípios que tiverem optado pela construção ou manutenção de escola primária **ou** posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado, de maneira conjugada com pelo menos um dos outros melhoramentos arrolados no § 1.º do art. 32 do CTN, serão incentivados a investir simultaneamente em educação e saúde.

Somos favoráveis a quaisquer medidas de estímulo ao investimento público, especialmente em educação e saúde, à distribuição de renda e ao esforço fiscal dos entes da Federação.

O IPTU se releva eficiente instrumento de política urbana. O investimento público gera valorização mobiliária. Esta, por sua vez, tende a aumentar a base de cálculo do tributo, proporcionando a recuperação de parte do investimento realizado, com ganho de bem-estar para a sociedade. Cabe notar que os Municípios brasileiros costumam usar a proximidade de escola ou posto de saúde como critério para avaliação de imóveis e, portanto, para mensuração da base de cálculo do IPTU, o que corrobora o mérito deste PLP.

Além de ser um tributo de difícil evasão, o IPTU teve sua progressividade ampliada, com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 29/2000, a qual determinou, sem prejuízo da progressividade temporal, que ele pode ser progressivo em razão do valor do imóvel ou ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel – art. 156, § 1.º da Constituição Federal. A progressividade do IPTU conjugada com a execução de uma política urbana adequada cria condições para o cumprimento da função social da propriedade urbana.

Ainda de acordo com a Constituição Federal, os Municípios são responsáveis pela provisão dos serviços de educação e saúde. Este PLP incentiva maiores investimentos em educação e saúde municipais, com valorização imobiliária e, conseqüente, aumento da base de cálculo do IPTU. Logo, contribui para que os Municípios aumentem seu esforço fiscal, mediante o aumento da arrecadação de tributo de sua competência, tornando-os menos dependentes das transferências intergovernamentais.

Entretanto, como medida de ampliação das possibilidades de enquadramento de novas áreas à zona urbana, estamos propondo a modificação do texto do PLP nº 122, de 2007, permitindo que este quesito contido no § 1º do art. 32 do CTN possa ser satisfeito mediante o atendimento de duas exigências dentre três possibilidades, quais sejam:

- a) a exigência de escola primária ou; b) creche ou; c) posto de saúde, sendo no mínimo dois destes itens, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Pelas razões expostas, votamos pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do PLP n.º 122/2007, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado JOÃO DADO
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 122, DE 2007

Dispõe sobre o IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, dando nova redação ao inciso V do § 1.º do art. 32 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Autor: Deputado VANDERLEI MACRIS

Relator: Deputado JOÃO DADO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do § 1º do art. 32 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32

§ 1º

V – escola primária **ou** creche **ou** posto de saúde, sendo no mínimo dois destes itens, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado”.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado JOÃO DADO
Relator